

CARTA ABERTA

Morte do jovem quilombola de Baixa da Linha (BA) revela a violência decorrente da paralisação da regularização fundiária no país

A trágica notícia sobre o assassinato do jovem quilombola Edvaldo dos Santos Santos, conhecido carinhosamente por todos como ‘Netinho’, reflete os violentos desdobramentos que decorrem da omissão do Estado brasileiro com relação aos direitos quilombolas. O seu assassinato no último dia 3 de março de 2018, levou a comunidade a fazer manifestações próximas ao campus da UFRB, que foram reprimidas pela polícia militar.

Edvaldo pertencia à localidade de Baixo da Linha, município de Cruz das Almas, (BA), reconhecida em 2010 como “comunidade remanescentes de quilombos” pela Fundação Cultural Palmares (FCP) (processo n. 1.709 01420.003090/2010-92). Os assassinatos deste jovem e de outras lideranças quilombolas no País estão inevitavelmente relacionados à paralisação dos processos de regularização fundiária das terras quilombolas pelo INCRA, órgão responsável pelos procedimentos de sua titulação.

Os dados oficiais revelam o quadro que alimenta esta violência: das 2.997 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares, somente 258 detêm seus territórios titulados. À desproporcional relação entre comunidades reconhecidas e tituladas, soma-se outro fator arrebatador: os cortes orçamentários sofridos pelo INCRA nos últimos dois anos e seu processo de desmonte deliberado pelo Governo Federal. Conforme dispõe a Lei orçamentária, os valores destinados ao INCRA diminuíram muito nos últimos dois anos e chegaram a níveis pífios: de cinco milhões de reais em 2016 a três milhões e meio em 2017 para atender as demandas de todo o país. Este valor irrisório proclama o quão distante estão a regularização dos territórios quilombolas e o fim da violência contra quilombolas.

No ano passado, o número de assassinatos de lideranças e membros de comunidades quilombolas no Brasil contabilizou mais de 20 mortes. O número de quilombolas ameaçados de morte é de aproximadamente 70 pessoas. Em setembro do ano passado, ocorreu o assassinato a tiros da liderança Flavio Gabriel Pacifico dos Santos, de 36 anos, conhecido por todos como “Binho do Quilombo”, na cidade de Simões Filho, região metropolitana de Salvador.

A paralisação dos processos de regularização tem sido um duro golpe para as possibilidades de existência e resistência das comunidades quilombolas. Impede que seja alterado o quadro histórico de opressão, marginalização, insegurança jurídica e vulnerabilidade no qual estão inseridas. É algo que nos remete ao período colonial do País. Ao mesmo tempo, há precarização e/ou inexistência de políticas públicas de promoção da igualdade étnico-racial, nestas localidades. No quilombo Baixa da Linha, por exemplo, a energia elétrica só chegou em 2002, embora vizinha do campus universitário da UFRB. Não obstante, as prefeituras municipais, quando da existência de comunidade quilombola em seu município, recebem verbas do Governo Federal a ser exclusivamente destinadas para estas famílias. Tais recursos financeiros parecem não estar servindo para melhorar a realidade das comunidades.

A marginalização histórica das comunidades quilombolas produz, distorção destas realidades. Equivocadamente, são aludidas de forma pejorativa e desqualificadora pelos termos “invasores”, “posseiros”, “miseráveis”, e mais recentemente como “traficantes”. Tais tratamentos potencializam os tensionamentos locais, a intolerância e o preconceito. Sob estas alegações pejorativas constroem-se argumentos sobre

insegurança, que deve ser resolvida ou ‘banida’ através de políticas de ‘remanejamento’, ou ‘reassentamento ou ‘deslocamento’ para outras regiões. Proposições que ferem princípios constitucionais nacionais e internacionais. Nada ajudam à compreensão das razões de enfrentamento à manutenção deste padrão histórico de opressão da população negra. É a manutenção deste padrão, o responsável pela marginalização e pelas violências vivenciadas por esta população no contexto atual.

Os quilombos não são e nunca foram invasores, posseiros ou traficantes. Grupos sociais organizados que buscam a regularização de terras onde construíram formas específicas de viver e de fazer voltadas à busca pela autonomia como condição fundamental para a liberdade. Não se tratam de formações resultantes de ocupações irregulares, mas de ocupações advindas de processos de organização social, que possibilitaram o acesso ao uso comum de terras e de recursos naturais, que, no entanto, não obtiveram o reconhecimento legal até o presente momento pelo Estado brasileiro.

O combate à discriminação e a construção da equidade étnico-racial entre negros e brancos se faz com regularização e titulação das terras, com a aplicação imediata do Decreto 4887/2003, com a implementação das diretrizes da Educação Escolar Quilombola, aprovadas pela Resolução n.8/2012 pelo MEC. Tais diretrizes podem ser incentivadas por proposições das próprias universidades.

Desde os anos de 1940, o quilombo Baixo da Linha vivencia e denuncia situações de enfrentamento de violências, ameaças, represálias, no contexto de instalação da Escola Agrícola da Bahia, posteriormente Escola da Agronomia. Em 2005, estes tensionamentos ganharam maior visibilidade com desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia, com sede e foro na cidade de Cruz das Almas e a criação da UFRB. Neste momento, denúncias de proibição de cultivo e expansão de suas roças e principal fonte de sobrevivência das famílias, em decorrência de experimentos de pesquisa da universidade, são registradas pela comunidade. Este evento se verifica com relação à outra comunidade quilombola de Vila Guaxinim, reconhecida pela FCP em 2012 (processo n. 1.710 01420.001419/2012-42), vizinha do quilombo Baixa da Linha.

Como no passado, a instalação da atual universidade não significou na atualidade melhoria das condições de vida destas comunidades e nem mesmo a promoção da mobilidade social e o desenvolvimento econômico destas duas comunidades. O que parece tratar-se de processo político de expansão urbana que não considera a especificidade e a historicidade da comunidade quilombola vizinha.

A ABA se manifestou sobre esta mesma situação em 2012 e volta a se manifestar em 2018 frente à gravidade da situação, estimamos que algumas ações poderiam ser lançadas de forma a evitar o acirramento dos conflitos. Entre essas:

- 1- A retomada e celeridade do processo de regularização fundiária pelo INCRA das comunidades de Baixa da Linha e Vila Guaxinim;
- 2- A urgente atuação do Ministério Público Federal (MPF) no sentido de cobrar a imediata retomada do processo de regularização fundiárias e titulação das terras quilombolas pelo INCRA e a fiscalização da aplicação das políticas públicas nas duas comunidades. No intuito de equacionar os conflitos e evitar maiores prejuízos tanto para as comunidades quilombolas, quanto para a comunidade acadêmica, sugere-se o acionamento do já existente Termo de Cooperação Técnica

firmado entre a UFRB e INCRA, para priorizar a efetivação da produção dos estudos antropológicos necessários à regularização fundiária destas comunidades;

- 3- Que a UFRB, justamente sabedora desta situação jurídica institucional, interrompa ou suspenda todas as atividades de pesquisa sob o território, até a decisão definitiva do INCRA;
- 4- A apuração rigorosa dos fatos para que o crime de assassinato de Edvaldo dos Santos Santos seja julgado na justiça o mais rapidamente possível, por se tratar de pessoa pertencente à comunidade quilombola.

A negligência deliberada do Estado brasileiro com relação aos direitos quilombolas é marca do racismo institucional que tem levado à morte milhares de jovens negros e lideranças quilombolas que tem lutado pelo acesso à terra, no campo e na cidade. A regularização fundiária das comunidades quilombolas de Baixa da Linha e Vila Guaxinim é, portanto, fundamental para equalizar os conflitos e para a garantia do Estado Democrático de Direito no estado da Bahia e no Brasil.

Associação Brasileira de Antropologia - ABA e seu Comitê Quilombos

Brasília, 15 de março de 2018.